

RESENHA*

SHEAR, J. **Polis and Revolution.** Responding to Oligarchy in Classical Athens. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, 368 p.

DEMOCRACIA, OLIGARQUIA E MEMÓRIA DEMOCRÁTICA EM ATENAS

*José Antonio Dabdab Trabulsi***

Julia Shear, *Associate Member of the American School of Classical Studies at Athens*, nos propõe um livro sobre os dois golpes oligárquicos em Atenas no final do século V e sobre as respostas que os atenienses encontraram a esses acontecimentos.

No capítulo 1, *Responding to oligarchy in Athens: an introduction* (p. 1-18), verdadeiro capítulo à guisa de introdução, a autora apresenta as questões mais importantes de sua pesquisa, as questões da memória e do esquecimento, e de suas consequências. As analogias com os contextos de esquecimento, de memória, de reconstrução cívica em outros períodos da história são numerosas e muito esclarecedoras, com exemplos da Segunda Guerra mundial, Japão e Alemanha, e, sobretudo, o holocausto judeu, assim como o pós-apartheid na África do Sul, entre outros. Os exemplos latino-americanos não são levados em conta. A autora coloca também as bases de uma discussão sobre os processos de criação de uma memória coletiva, especialmente em relação com a ritualização da memória. Há uma rica discussão sobre as *stelai* e seu funcionamento social em Atenas (leitura? Não leitura? Muitos leitores? Apenas alguns poucos?). Sua posição sobre a

* Recebido em 28/04/2015 e aceito em 31/05/2015.

** Professor Titular de História Antiga do Departamento de História da UFMG.

questão da leitura das inscrições pelos atenienses, no conjunto contrária a certo revisionismo que aparece na bibliografia recente, me parece sensata. Observamos (desde a introdução) que os dados da arqueologia estão muito presentes no livro.

Num primeiro momento, a autora se dedica a reconstruir o episódio dos Quatrocentos e seus desdobramentos numa série de capítulos, começando pelo capítulo 2, *Revolution, oligarchy and the patriopoliteia* (p. 19-69). Propõe quadros muito úteis das diferentes etapas segundo as versões de Tucídides e da *Athenaion Politeia*. Aponta as diferenças muito importantes, com análises muito interessantes sobre as menções e sobre os silêncios em relação aos locais dos acontecimentos, e tende a considerar a *Athenaion Politeia* menos favorável (ou ainda menos favorável) à democracia do que o próprio Tucídides – apesar de não seguir até as últimas consequências C. Farrar em sua imagem de um Tucídides “defensor da democracia” (p. 40). Shear mostra que os diversos projetos políticos (“constituição para o futuro”, “constituição para o presente”, “constituição de Drácon”) emanavam de grupos bem mais amplos do que apenas os “oligarcas moderados” e que todos esses grupos faziam um uso intenso do passado político da cidade a fim de encontrar uma maior legitimidade. Um “algo a mais” muito interessante na análise da autora é a maneira como consegue articular os dados da tradição literária com as evidências da epigrafia, conjuntos de informações que na maioria são examinados à parte pelos diversos autores. O estudo dos formulários das instituições, dos magistrados e do calendário presente nas inscrições do período permite a ela mostrar de que forma os diferentes grupos e regimes se referiam ao passado da cidade. A flexibilidade da expressão “*patriopoliteia*”, em especial, foi largamente utilizada para tranquilizar quanto às intenções gerais, mas era ainda suficientemente vaga para não alarmar e não suscitar coalizões de outros interesses contra os grupos no poder. A análise prossegue com um estudo de Tucídides em relação aos julgamentos dos oligarcas derrubados, que insiste sobre a violência de um pequeno grupo (cujos nomes são citados), em oposição a uma coletividade de outros oligarcas (que são, quanto a eles, nomeados coletivamente) cuja responsabilidade aparece como sendo menor. A análise de Tucídides, que acentua o papel dos oligarcas extremistas, tende a mostrar que a oligarquia não era uma alternativa viável à democracia dita radical. A autora mostra também a luta em torno do território, a luta em especial para se apropriar da Acrópole e da Ágora plantando *stelai* nesses pontos-chave do solo. Tais

acontecimentos condicionaram fortemente a maneira pela qual os democratas desejaram remodelar uma Atenas democrática em 410.

No capítulo 3, *Restoring Athens: democracy and the law* (p. 70-111), a autora explica a reconstrução democrática e “memorial”, lançada imediatamente pelos democratas desde o primeiro mês da restauração democrática, a qual se escalonou ao longo dos anos seguintes. O decreto de Demophantos dando liberdade de matar os inimigos da democracia (quem a tivesse abolido ou quem tivesse assumido cargos de governo em seguida à sua abolição) e uma republicação da lei de Drácon sobre o homicídio, assim como outros fragmentos – como, por exemplo, em relação ao calendário dos sacrifícios –, estão entre os textos mais importantes desse momento da história da cidade. Shear explica os procedimentos de elaboração, certificação, arquivamento e exposição das leis nesse vasto processo de revisão (nomotetas, *anagrapheis*, leis de Sólon...). Após um exame detalhado das *stelai* de que dispomos para esse período, ela explica sua distribuição pela cidade, cuja principal característica é a colocação desse marco num lugar inédito para tal fim, ou seja, a Ágora, e um ponto que adquire um significado específico: o espaço em frente do Bouleuterion.

Os textos e as *stelai* enquanto presença permanente e monumental no espaço público tornam-se testemunhas permanentes e provas materiais do processo democrático. Cada olhar, cada leitura, atualiza a democracia, que então não permanece limitada às suas horas de funcionamento institucional. A presença possível do decreto de Demophantos na proximidade imediata das estátuas de Harmódios e Aristogíton reforçava consideravelmente o juramento contido no texto. Em conjunto, as inscrições redefiniram e reformaram o espaço da Ágora enquanto espaço democrático, e não apenas social ou cívico. As leis e as outras inscrições permitiram ao *démos* criar uma nova relação com o passado, fazendo das figuras icônicas de Drácon, Sólon e Clístenes um patrimônio democrático e não oligárquico. Os democratas, dessa forma, escreveram seu “novo” passado na topografia da cidade, Atenas se tornou democrática desde sempre, por assim dizer. As medidas tomadas resultavam no apagamento do episódio oligárquico, e nem mesmo a vitória contra eles se tornou objeto de lembrança ou comemoração. Foi como se eles nunca tivessem existido, como se a cidade tivesse sido, desde sempre e sem interrupção, democrática. A oligarquia e a tirania se tornavam “impensáveis”.

Os desdobramentos do golpe de Estado são, ainda, explicados no capítulo 4, *Reclaiming Athens: the demos and the city* (p. 112-134). No processo de

reapropriação pelo *démos* do passado da cidade e dos seus espaços-chave, dois locais são valorizados: a StoaBasileios, refeita e aumentada, vai concentrar a maior parte das *stelai* com as leis da cidade; e a construção de um novo Bouleuterion responde ao período anterior, no qual o antigo edifício foi, de certa forma, o quartel-general da oligarquia. O novo local, sem vestíbulo que isolasse a sala de reuniões do espaço exterior da Ágora, “dava a ver” o trabalho dos bouleutas ao público como numa vitrine; e o antigo Bouleuterion foi transformado em arquivo, tornando a consulta às leis mais fácil para os bouleutas “vizinhos” (os dois prédios são contíguos). Isso contribuiu para colocar a lei no centro da vida política tanto do ponto de vista propriamente político quanto do espacial. Enchendo o velho Bouleuterion com as leis antigas e novas da democracia, os democratas “apagavam” a presença dos oligarcas no local e ocupavam o terreno com as novas leis. A ligação com a democracia de Clístenes é reapropriada, deslegitimando o parêntesis oligárquico. A mutação da Ágora (de espaço multiuso a espaço da democracia) é completada. No que se refere à Acrópole: os oligarcas se tinham fortemente investido lá, e os democratas dela quiseram se reapropriar. O meio encontrado foi retomar a construção interrompida do templo de Atena Polias, o Erechtheion, reforçando os laços do *démos* com Athéna, relativamente esquecida pelos oligarcas. E como era impossível retirar de lá as muitas *stelai* erigidas, os democratas escolheram diminuir sua ênfase e importância e construíram muitas outras em torno, diluindo sua presença no espaço. Nessa empresa foram ajudados pelo fato de as *stelai* dos oligarcas jamais mencionarem o caráter “oligárquico”, situação contrária à obra dos democratas, nas quais a natureza política do texto era muito mais explícita. Os espaços da cidade são assim redefinidos: a Ágora é o espaço dos cidadãos; a Acrópole, dos assuntos referentes aos estrangeiros e aos deuses; o Pireu é aberto a todos os assuntos. É dessa forma que uma política do espaço se inscreve numa política da memória e do esquecimento.

Uma das contribuições mais interessantes do trabalho de J. Shear é o projeto de articular política e ritual. É esse o objeto do capítulo 5, *Remembering and forgetting: rituals and the demos* (p. 135-165). O juramento de Demophantos, durante as Dionísíacas, tem um papel-chave no dispositivo de reconstrução democrática. Não apenas o texto e o monumento, mas também, e talvez sobretudo, o fato de fazer dizer por todos os cidadãos reunidos segundo as divisões das tribos clistênicas – como por ocasião de um voto de ostracismo – (e dizer na primeira pessoa) o mesmo texto ao mesmo

tempo – sobretudo, um texto que os opunha junto aos inimigos da pátria (*polemioi*). E isso num contexto de contato com o divino. Ele criava assim uma igualdade perfeitamente democrática entre todos os participantes. Outro elemento: o anúncio da entrega de coroas de ouro no decorrer das Dionisíacas, começando pelas de 409. E iniciando pelos assassinos do oligarca Frínico, Trasíbulo de Calidon e Apolodoro de Mégara. Tal prática vai se tornar tão importante que será considerada, já na época de Ésquines e Demóstenes, uma velha tradição... No início, a honra era reservada aos estrangeiros de grande mérito. Associada a um rito importante da cidade, a prática mostrava o controle do *démos* sobre o poder em todos os seus aspectos, inclusive sagrados. Outros elementos: a libação dos generais, a entrega do tributo pelos aliados, a apresentação dos órfãos de guerra assumidos pela cidade, a proclamação contra os tiranos – todos os outros elementos que acompanham as Dionisíacas mostram a que ponto o rito era uma parte do político. E tudo isso no teatro, como a presença do mesmo povo da Ecclesia, que se vê e se dá em espetáculo. A apresentação – e a vitória – do **Filocteto** de Sófocles, por ocasião da festa desse ano decididamente fundador de 409, é significativa sob vários pontos de vista: o valor do juramento, os problemas da unidade e da divisão, as divergências no interior de um exército, etc. Muitos dos temas presentes na peça remetem à situação da cidade nesse momento de sua história. Delineia-se assim aquilo que a autora chama uma “*politics of memory*” (p. 159). Por volta de 405, a cidade que tinha se tornado de novo uma democracia, tinha também um passado democrático, e nenhum outro; a oligarquia tinha sido publicamente esquecida.

Com o capítulo 6, *The thirty and the law* (p. 166-187), começa a segunda parte do livro. A autora mostra de que maneira – contrariamente a 411, quando os oligarcas não chegaram realmente a lançar um vasto projeto de reforma das instituições, assim como em 410 os democratas também não o fizeram (a luta se desenrolou mais em torno dos símbolos, dos espaços e do passado político da cidade) agora, em 404, os Trinta parecem ter projetado uma transformação completa das instituições. Shear tem, aqui também, o mérito de associar as evidências físicas à sua análise. Ela mostra que os Trinta lançaram uma empresa de reconquista do espaço – sobretudo a Acrópole e a Ágora – como os democratas de 410, mas também uma revalorização do Areópago. Eles retiraram certas *stelai* e danificaram outras. Segundo a autora, eles também procederam a uma mudança de orientação da Phyx, de 180°, para que os atenienses passassem a olhar as terras da Ática, e não mais

o mar, durante as reuniões. Ela até fornece um plano da reorientação sob a forma de gráfico (p. 178). É verdade que tal mudança combina bem com a ideologia dos Trinta. Mas os dados são controversos, difíceis de interpretar e, sobretudo, o tempo foi muito curto para um canteiro de obras de tais proporções. Esses trabalhos foram, com certeza, realizados, pois sabemos que, no século IV, a orientação do público na Pnyx realmente foi invertida – mas isso talvez tenha sido feito mais tarde, depois dos eventos de 404-403, e, quem sabe, até por outras razões. Não penso que os oligarcas tenham tido o tempo necessário para realizar a mudança. Em relação aos eventos de 411-410, as diferenças importantes são o uso da violência (com talvez até 1500 assassinatos), o exílio em massa e o apelo à intervenção espartana. Mas os Trinta também pretenderam realizar uma vasta reforma política – e como em 411, fizeram ampla referência à *patriospoliteia*. Isso obrigou os democratas, em seguida, a investir bastante nas mudanças constitucionais com o fim de prevenir um eventual retorno da oligarquia.

Em seguida, vem a reconciliação, no capítulo 7, *Reconciling the Athenians* (p. 188-226). Em 403, a relação de forças não permitia uma vitória definitiva e esmagadora dos democratas. A intervenção espartana suscitou um início de busca de acordo quanto ao local de residência, o futuro dos oligarcas sobreviventes ao conflito, a difícil questão das propriedades confiscadas – eterno quebra-cabeças das revoluções gregas, quando se torna necessário achar um compromisso com os exilados que retornam. O acordo foi mais uma vez selado por um juramento, e sua base foi a injunção de não evocar os erros do passado (*me mnesikakein*). A questão da forma do acordo de reconciliação é difícil, pois um texto de paz entre oligarcas e democratas foi estabelecido antes que a democracia tivesse sido formalmente restaurada. A autora propõe – e parece ser uma boa solução – o modelo da republicação de um texto antigo, mas com a força (e com o formulário inicial) do poder popular restaurado. Uma espécie de acordo entre potências estrangeiras se transforma, assim, em decreto do povo, e pode então ser gravado em mármore. Foi preciso recriar uma unidade ateniense, mas não era nada fácil. Os oligarcas puderam se refugiar e se concentrar em Elêusis (onde eles permaneceram muito tempo, como num enclave), mas sem uma divisão política formal dos atenienses. Durante a realização dos Mistérios, todos podiam ir a Elêusis, e “os de Elêusis” podiam ir a outras partes do território ateniense. “Os de Elêusis”, assim como os outros, eram, igualmente, aliados de Esparta. A proibição de evocar os danos do passado recente (com

exceção dos líderes do golpe e do terror) foi a base da reconciliação. Os dois grupos foram postos no mesmo plano. O princípio de tratar todos da mesma maneira acabou por ajudar a reinstalar a democracia, que era baseada nessa igualdade entre os cidadãos. A autora insiste na importância do juramento, examina os locais possíveis para a instalação da inscrição contendo o juramento do 11 Boedromion: Acrópole? Ágora? Metroon? Após discussão, ela tende para o santuário de Meter, em Agrai. A dinâmica da lembrança e do esquecimento pode ser desencadeada e funcionar como em 410. Mas ela assinala a enorme dificuldade da reconciliação depois de eventos tão dramáticos. Isso fica particularmente evidente nos tribunais. Shear passa em revista os processos mais importantes nos quais o comportamento de uns e de outros em 404-403 teve um papel importante: Agoratos, Sócrates, é claro, Nicômacos e Andócides (muitas vezes em ações de impiedade, para poder contornar a lei de anistia que impunha o esquecimento); houve também, no mesmo registro, docimasias recusadas, como a de Leodamas, ou contestadas, como a de Evandros. E com uma concentração nos anos que se seguiram aos acontecimentos – em alguns casos, até 20 anos depois. Segundo a autora, os tribunais foram o lugar onde essa memória proibida foi negociada caso a caso, o que a mantinha viva, proibida de se exprimir publicamente, permitindo as acomodações necessárias. A tensão foi muito forte, mas a *stasis* não voltou, a unidade foi reforjada na divisão dos processos e dos tribunais. Mas com sucesso. Enquanto o juramento de 410 definia o bom cidadão como um ateniense pronto a defender a democracia com armas na mão contra tiranos e oligarcas, o juramento de 403 é centrado na reconciliação e no esquecimento, mas com certo vago, que deixava outras instâncias afinar, precisar, o julgamento (tribunais, monumentos, etc.).

O exame do que se seguiu ao golpe de 404 continua no capítulo 8, *Re-creating democracy: documents and the law* (p. 227-262). Segundo Shear, assim como em 410, em 403 o *démos* se encontrou na necessidade de recriar a cidade democrática, e é nesse sentido que se devem encarar as leis que foram introduzidas (e não apenas numa ótica de melhorar o sistema, como se diz muitas vezes na bibliografia sobre a questão). Esse processo começou imediatamente, mas demorou a se completar até os anos 390. A confiscação dos bens dos Trinta, a nomeação dos nomotetas para uma revisão das leis, as honras para os não atenienses que participaram do retorno de Phyle, estão entre as primeiras. E também o calendário de sacrifícios, a recolocação das inscrições destruídas pelos Trinta, a assimilação dos filhos (homens) dos

atenienses mortos pelos oligarcas como órfãos de guerra (mantidos pela cidade até a maioridade), os prêmios para os atenienses de grande mérito nos combates. Todas essas inscrições são estudadas em detalhe, muitas vezes a partir do exame direto das estelas e dos fragmentos, o que leva a correções muito pertinentes em relação às opiniões habituais de maior parte dos autores. As leis inscritas em pedra na Ágora e na Acrópole começaram o processo para refazer Atenas uma cidade democrática, valorizar o papel do *demos* e daquela que era a *politeia* própria aos atenienses. Elas permitiram ao povo se reapropriar do passado para seu próprio uso e situaram a resposta aos Trinta no contexto da resposta aos Quatrocentos e aos Cinco mil. A novidade é que a oligarquia aparece doravante (ao lado da tradicional tirania) como inimiga e ameaça à democracia. Esses textos em pedra criam uma memória sobre o funcionamento do sistema político. Leitura e releitura dos documentos faziam da democracia um processo contínuo. Esses textos em pedra selavam assim o controle do povo sobre o território, sobretudo sobre esses espaços privilegiados que são a Acrópole e a Ágora.

Um estudo específico é dedicado à Ágora; capítulo 9, *The Agora and the democratic citizen* (p. 263-285). A democracia restaurada consolida a Ágora como local democrático através da construção de estruturas permanentes para os tribunais (coisa muito rara nas ágoras gregas, diga-se de passagem) e um edifício para a produção de moedas de bronze, tipo de moeda que não era produzida em Atenas antes de 400 e que apresenta um interesse evidente para o *demos*. A existência de um tribunal permanente, o número maior de jurados, a frequência maior dos dias de sessão, tudo isso tornou a presença do *demos* na ágora muito mais massiva, consolidando uma imagem de lugar democrático. E essa presença do *demos* numa área onde se encontravam outros “lugares de poder” (stoas, basileios, bouleuterion, arquivos da cidade, muitas inscrições em pedra, estátuas dos tiranóctonos, etc.) criava um “efeito democrático” multiplicado. As moedas de bronze cunhadas no local serviam para remunerar a presença do povo, enquanto que, antes, os atenienses simples tinham muito menor contato com as moedas (pois as de prata tinham valor muito mais elevado). A ereção de estátuas de bronze de Conon e de Evagoras na Ágora servia para apresentar um modelo de comportamento para o cidadão democrático. O bom cidadão era um assassino de tirano que liberta a cidade e a salva; o bom cidadão combate os inimigos externos e mata os *polemioi*; e por isso, ele recebe as honras de uma estátua em plena Ágora. Essas ações e esses comportamentos ao alcance de qual-

quer cidadão elevam seu horizonte potencial a um nível inédito (antes dos tiranótonos, tais honras eram restritas aos deuses e aos atletas vencedores). No embalo da novidade, três outras estátuas de generais vencedores foram erigidas, criando assim uma nova tradição. Enquanto a Acrópole permanece um espaço mais multifuncional, a Ágora foi dominada pela sua dimensão política democrática. As atividades mercantis, que eram temporárias, foram deslocadas para as áreas adjacentes.

No último verdadeiro capítulo do livro, o capítulo 10, *Forgetting or remembering: oligarchy, stasis and the demos* (p. 286-312), a autora mostra como as Dionisiacas, que tinham desempenhado um papel importante na resposta aos oligarcas em 410, desempenharam o mesmo papel em 403. Mas isso não foi tudo: um novo sacrifício a Athéna foi instaurado em 12 Boedromion, data do retorno oficial do *démos*. Enquanto o primeiro sacrifício foi restrito aos que retornaram de Phyle, o novo foi em seguida transformado para incluir mais amplamente os atenienses. Tal celebração, que se tornou habitual, servia para recriar a unidade dos atenienses, mas os transformava todos em democratas voltando para reconquistar a pátria... O anúncio dos órfãos de guerra nas Dionisiacas, incluindo os filhos legítimos dos que morreram pela democracia, recriava uma memória unificada da cidade, mas uma memória democrática. E o que dizer da memória dos Trinta? A *stasis* sendo algo impossível de comemorar, os democratas de 410 tinham preferido esquecê-la, mas isso tinha permitido seu retorno em 404. Então, no segundo momento, foi preciso agir de outra maneira – donde a escolha de esquecer a palavra *stasis* no relato dos acontecimentos e tratá-los como uma guerra estrangeira. Os sacrifícios, as oferendas, os elogios, tudo seguiu o modelo dos conflitos externos. As lutas civis foram apresentadas como batalhas vencidas. A ereção de troféus e a construção de um túmulo para os lacedemônios mortos seguiram a mesma lógica. Isso permitia isolar os Trinta e seus próximos colaboradores na condição de inimigos externos, preservar os outros e reunificá-los aos democratas. Segundo a autora, é o momento em que a tirania deixa de ser o único espantalho do regime democrático; doravante, a democracia é também definida como não sendo uma oligarquia. Argumento que se deve encarar, penso eu, não como falso, mas como uma meia-verdade, com certa precaução: é preciso não esquecer que os líderes do golpe ficaram para a posteridade como os Trinta “tiranos”, e não como os Trinta “oligarcas”... A tentativa de transformar uma *stasis* em guerra estrangeira contra Esparta tornava possível a injunção de esquecer

os males passados. Ela globalmente teve sucesso, mas não sem resistências e fracassos localizados, como mostram a *graphè paranomon* contra Teozotides e a *graphè paranomon* contra Trasíbulo referentes à concessão de cidadania, e isso a despeito da aprovação do *démos*. Houve também uma mudança significativa, com a distinção mais nítida entre lei e decreto; a passagem obrigatória das leis pelo exame dos nomotetas, tornando o processo legislativo mais lento e mais controlado, teve por resultado (e, sem dúvida, por razão de ser) uma maior estabilidade do regime, que não podia mais ser derrubado por um golpe de força circunstancial numa Assembleia atípica. A tarefa para os candidatos à tirania ou ao golpe oligárquico, tendo em vista uma revolução antidemocrática, encontrava-se consideravelmente entravada. Essa mudança de procedimento legislativo foi, portanto, em parte, uma resposta aos Trinta. E, em função disso, penso eu, foi um desejo do povo, e não uma limitação de seu poder, como pretende a célebre tese de Ostwald. Quanto a este ponto específico, eu não concordo com Shear, que segue até certo ponto a opinião de Ostwald quanto a uma limitação do poder do povo (p. 309).

O capítulo 11, *The strategies of democracy* (p. 313-322), à guisa de conclusão, é um capítulo em que a autora, no essencial, retoma, num texto denso e de grande qualidade, o conjunto das análises e das conclusões do livro. Não é uma verdadeira conclusão, mas uma reprise. O livro, é preciso dizê-lo, contém inúmeras reprises. A autora retoma e resume seus argumentos de forma um pouco repetitiva. O que torna a sua mensagem eficaz, à força de repetição. Mas isso torna a obra um pouco pesada, um pouco cansativa no final.

Eis, portanto, um trabalho de grande qualidade, que possui o mérito de reunir os dois golpes oligárquicos, compará-los e distingui-los. Trabalho que associa a análise do ritual ao estudo do político. Trabalho que tem também o grande mérito de associar história e arqueologia de forma coerente e homogênea, e não de forma superposta como acontece muitas vezes. A análise da arqueologia para a história é, em minha opinião, sua maior originalidade. Isso é realmente muito bem feito por Shear. Essa característica é mais bem conduzida na análise de 411-410 do que na de 404-403. E julgo a primeira parte do livro mais bem-sucedida que a segunda. Mas isso não muda nada quanto ao fundo: sobre um tema dos mais estudados, ela prova que sempre há uma maneira de inovar. E isso faz um bem enorme a todos nós, historiadores da Grécia clássica.